

RECORDAR É VIVER

Marina Silva não sabia que o avião em que viajava com Eduardo Campos saía de um caixa dois. (naquele jatinho só a máquina parecia estar nos conformes; era de um usineiro falido, fora vendido a um consórcio de laranjas, e o piloto estava “cansado”).

Lula também não sabia da existência do mensalão. Em 1993, numa de suas campanhas, foi apanhado voando em dois jatinhos. Um pertencia ao filho do deputado João Alves, que amealhara uma fortuna ganhando na loteria e participando das malfetorias da Comissão de Orçamento. Ficou conhecido como um dos Sete Anões. Outro era de uma empresa que fornecia alimentos à prefeitura petista de São Paulo.

Confrontado com a impropriedade, Nosso Guia informou que não sabia de nada e foi para o ataque: “Estão querendo jogar o PT na mesma lama dos outros partidos”.

OBAMA E MARINA

Em 2008, Vernon Jordan, um dos ícones da elite negra americana, apoiava a campanha de sua amiga Hillary Clinton. Ela tinha tudo para ser indicada candidata a presidente pelo partido Democrata. Anos antes, ele percebera que o casal tinha futuro e ajudou a construir a figura de Bill, um desconhecido governador do Arkansas.

Quando Jordan passou a apoiar a candidatura do companheiro Obama, explicou-se em poucas palavras: “É duro você ir contra um movimento”.

O PRÓ-MERCEDES

Um carioca bem-humorado conspiromaniaco acredita ter descoberto um programa secreto do PT para azarar Aécio Neves.

Estariam distribuindo automóveis Mercedes-Benz com adesivos do candidato no vidro traseiro.

ELIO GASPARI

AS BOLSAS PLEBISCITO DE DILMA E MARINA

Marina Silva merece todos os aplausos. Anunciou em seu programa o que pretende fazer se for eleita. Ela quer criar uma “democracia de alta intensidade”. O que é isso, não se sabe. Lendo-a vê-se que, sob o guarda-chuva de uma expressão bonita — “democracia direta” — deseja uma nova ordem constitucional. Apondo mazelas do sistema eleitoral vigente, propõe outro, plebiscitário, com coisas assim: “Os instrumentos de participação — mecanismos de participação da democracia representativa, como plebiscitos e consultas populares, conselhos sociais ou de gestão de políticas públicas, orçamento democrático, conferências temáticas e de segmentos específicos — se destinam a melhorar a qualidade da democracia”.

Marina parte da premissa de que “o atual modelo de democracia (está em evidente crise”. Falta provar que esteja em crise evidente uma democracia na qual elegeram-se senadora, foi ministra e, em poucas semanas, tornou-se virtual favorita numa eleição presidencial. Ela diz que nesse país em crise “a representação não se dá de forma equilibrada, excluindo grupos inteiros de cidadãos, como indígenas, negros, quilombolas e mulheres”. Isso numa eleição que, hoje, as duas favoritas são mulheres, uma delas autodefinida como negra.

Marina quer “democratizar a democracia”. O jogo de palavras é belo, mas é sempre bom lembrar que na noite de 13 de dezembro de 1968, quando os ministros do marechal Costa e Silva aprovaram a edição do Ato Institucional nº 5, a democracia foi exaltada 19 vezes. Deu numa ditadura de dez anos e 18 dias. A candidata, com sua biografia, é produto da ordem democrática. Ela nunca a ofendeu, mas seu programa vê no Congresso um estorvo. Se o



PT apresentasse um programa desses, a doutora Dilma seria crucificada de cabeça para baixo.

Marina não está sozinha com seu projeto de reestruturação plebiscitária. Durante o debate da Band, Aécio Neves criticou a proposta de Dilma de realizar uma reforma política por meio de um plebiscito, rotulando-a de “bolivariana”, numa alusão às mudanças de Hugo Chávez na Venezuela. Ela respondeu o seguinte: “Se plebiscitos forem instrumentos bolivarianos, então a Califórnia pratica o bolivarianismo”.

Que todos os santos de Roma e d’África protejam a doutora. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Desde

janeiro de 2010, a Califórnia fez 338 plebiscitos e aprovou 112 iniciativas. O mais famoso deles ocorreu em 1978 e tratava do congelamento do imposto sobre propriedades, associado à exigência de dois terços das assembleias estaduais para aprovar aumento de impostos. Tratava-se de responder “sim” ou “não”. Deu 65% a 35% e atribuiu-se a esse episódio um dos maiores sinais do renascimento do conservadorismo americano (em 1980-1981 Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos.)

No Brasil já se realizaram três grandes plebiscitos. Em 1963 e 1993, o povo escolheu entre parlamentarismo e presidencialismo. Ganhou o presidencialismo. Em 2005, a urna perguntava: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” O “não” teve 64% dos votos.

A sério, um plebiscito é simples: “sim” ou “não”? “Parlamentarismo” ou “presidencialismo”? Essa é uma prática da democracia direta, porque é simples.

A proposta de encaminhamento plebiscitário de uma reforma política só não é bolivariana porque vem a ser um truque muito mais velho que a bagunça venezuelana. Em 1934, Benito Mussolini fez a reforma política dos sonhos dos comissariados. Os eleitores recebiam uma lista de nomes com a composição do Parlamento e podiam votar “sim” ou “não”. *Il Duce* levou por 99,84% a 0,15%.

A República brasileira não está em crise, pelo contrário. Seus poderes Executivo e Legislativo serão renovados numa eleição em que Marina vê vícios profundos, ainda que não os veja na possibilidade de ser eleita. Sua proposta de reordenamento do Estado pode encarnar a vontade do eleitorado mas, na melhor das hipóteses, dá em nada. Na pior, em cesarismo plebiscitário.

BOA NOTÍCIA

As coisas boas também acontecem. Apesar de persistir a guilhotina tributária que expõe as pequenas empresas à morte súbita quando elas faturam mais de R\$ 3,6 milhões anuais e são expulsas do sistema de cobrança do Simples, andou-se um bom pedaço nessa questão.

Há poucas semanas a doutora Dilma expandiu o alcance do Simples, beneficiando cerca de 450 mil empresas de profissionais liberais. Além disso, acabou com o martírio da exigência de certidões negativas para abertura e fechamento de empresas. Mais: pequenas e médias empresas só poderão ser multadas se forem visitadas duas vezes pelo fiscal. Na primeira, caso não haja dolo, ele adverte; na segunda, autua.

PLEITO

Os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram o encaminhamento ao Congresso de um pedido de aumento. Ganham R\$ 29.462 e querem R\$ 35.919, equivalentes a US\$ 209 mil anuais. Mais carro com motorista e passagens.

Seus nove colegas da Corte Suprema americana ganham US\$ 214 mil, sem mais nada. O juiz Harry Blackmun, pai da sentença que legalizou o aborto, ia para o serviço de Fusca. David Souter rodava um Passat. Antonin Scalia dirige o BMW que comprou.

ARTE DE RUA

Para quem acompanha a produção dos grafiteiros que fazem a melhor arte destes tempos nas ruas do mundo, apareceu uma novidade. É Pejac, um jovem espanhol que passou por Paris. Tem a ironia e o traço de Banksy (herdada do francês Blek le Rat), sem a marqueta que hoje envolve a misteriosa figura do inglês.

(Acaba de sair o livro “Banksy in New York”, com os grafites que ele fez por lá no final do ano passado.)

ELEIÇÕES 2014

Artigo

Nas redes, apagão, Belo Monte e até fontes renováveis

A FGV/DAPP faz monitoramento de dados em redes sociais — como o Twitter e o Facebook — com o auxílio de softwares de busca de menções online. Expressões e vocábulos da língua portuguesa referente aos objetos de pesquisa são relacionados e classificados com a utilização de técnicas de análise textual, de forma a restringir as menções à área do tema de interesse



O debate sobre o sistema de fornecimento de energia e a matriz energética brasileira, temas que já entraram na pauta eleitoral, tem mobilizado também os brasileiros nas redes. Entre 22 e 29 de agosto, o monitoramento da FGV/DAPP registrou 57 mil menções, número que evidencia o lugar central do tema na agenda pública.

O gráfico com a evolução das menções — classificadas por temas de interesse — revela um aumento no volume de referências à questão após o debate dos presidenciais semana passada, sugerindo que o debate na web responde à agenda colocada pelas eleições. Entre os problemas que merecem maior atenção está a irregularidade do fornecimento de energia, sujeito a “apagões” localizados, porém recorrentes. O mapa mostra como as menções à falta de luz e a apagão estão distribuídas pelo país, porém concentrando-se nas regiões Sudeste e Sul.

O cenário sugere fragilidade e falta de transparência dos sistemas de distribuição de energia, cujas responsabilidades remetem tanto ao governo federal (Operador do Sistema Nacional) quanto aos governos estaduais, responsáveis pelas empresas fornecedoras de energia.

A importância do tema é revelada ainda pelo grande aumento de menções ligadas a “políticas de governo”, com destaque para a insatisfação com o valor das tarifas e o aumento das contas de luz. Somada à questão da água, como vimos em outra edição, tem-se uma problemática mais

complexa vinculada à matriz energética. A respeito da construção da usina de Belo Monte, no Pará, houve divisão de opiniões nas redes sociais — e a questão acabou influenciada pela entrada de Belo Monte na pauta política debatida na TV. Há ligeira vantagem no número de menções positivas sobre a usina: as publicações destacam que a obra é necessária para evitar apagões. Já as menções negativas criticam o impacto ambiental, o alto custo da construção e a remoção de comunidades indígenas do local.

A questão da matriz energética é também frequente nas redes, com uma importante demanda por fontes alternativas e renováveis de energia. Mas os brasileiros reconhecem o seu papel em relação ao tema, dividindo com o governo e as distribuidoras a responsabilidade em relação ao consumo. Em síntese, percebe-se uma pauta atual de política pública confrontando o desenvolvimento com meio ambiente. Certamente uma dicotomia a ser superada pelos debates políticos que, espera-se, tenham uma síntese propositiva que seja encaminhada como compromisso à sociedade brasileira. ●

NA WEB
http://bit.ly/lqA9CS
Saiba mais dados do monitoramento da FGV nas redes

FGV DAPP

Custo da energia para a indústria é maior do que em janeiro de 2013

Firjan aponta que a redução na tarifa que MP trouxe já ‘foi eliminada’ por reajustes

CAROLINA BENEVIDES
carolina.benevides@oglobo.com.br

Pouco mais de um ano e meio depois do pronunciamento em rede de rádio e TV da presidente Dilma Rousseff anunciando redução na tarifa da energia — 18% para as residências e de até 32% para as indústrias, agricultura, comércio e serviços —, levantamento da Firjan aponta que o custo da energia elétrica para as indústrias, que à época teve redução de 28%, já é maior este mês do que em janeiro de 2013, quando a MP 579 entrou em vigor. O estudo, atualizado dia 27 deste mês, revela que o custo é de R\$/MWh 342,74. Em janeiro do ano passado era de R\$/MWh 263,00. Para dezembro deste ano, segundo a Firjan, a previsão é que chegue a R\$/MWh 360,00.

O custo da tarifa residencial também vem subindo. Em abril, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou reajuste de 28,99% nas tarifas de baixa tensão (residenciais) da distribuidora AES Sul para o estado do Rio Grande do Sul. Em junho, a Copel, do Paraná, foi autorizada a reajustar as tarifas residenciais em 33,49%. A Celpe, em Pernambuco, reajustou em 17,69%. No Sudeste, consumidores de Minas, do Rio e de São Paulo viram o custo aumentar. A mineira Cemig, por exemplo, reajustou em 14,24%. No Mato Grosso do Sul, a Enersul, em 9,4%.

— O que Dilma fez não foi de todo mau, a intenção era boa, mas foi de forma drástica. A maneira como a redução foi condu-

zida (MP 579) causou desbalanço grande para as distribuidoras e houve ainda o despacho térmico. A canetada foi sentida menos em 2013, é sentida agora e vai ter reflexo em 2015 — diz Mônica Souza, consultora da Gas Energy.

— A redução para a indústria foi eliminada semana passada, e a previsão que fizemos anteriormente para dezembro foi atingida em agosto — conta Cristiano Prado, gerente de competitividade industrial e investimentos do Sistema Firjan: — A tendência é de alta para 2015 por conta dos aportes no setor e a necessidade de continuar com as termelétricas, graças à seca.

De acordo com o levantamento da Firjan, o Brasil tem o 8º maior custo de energia para a indústria dentre 27 países pesquisados. Por aqui, o custo é 167% maior que a média do custo nos Estados Unidos. Além disso, quando comparado com China e Rússia — que fazem parte do BRICS —, o Brasil também tem custo superior.

— A MP foi imposta, e agora algumas distribuidoras precisam de aportes. O governo simulou que todas as concessões seriam renovadas e determinou um valor. Mas algumas distribuidoras não aceitaram. O preço subiu no mercado à vista, parou de chover, as termelétricas tiveram

que ser usadas e isso abriu um rombo nas distribuidoras — explica Prado: — O governo tenta combater os efeitos colaterais, mas eles vão impactar em 2015, 2016, 2017... As indústrias vão tentando se adaptar, mas a preocupação existe. Que ações o go-

verno fará para reduzir o custo de forma segura? Impostos federais e estaduais oneram o custo; e, até agora, 48 das 63 distribuidoras tiveram reajustes aprovados.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, “a redução de custos com a edição da MP 579/12 foi estrutural, reduziu em média 20% as tarifas de energia, tendo esse efeito sido bem superior para o consumidor cativo industrial, considerando sua maior participação na carga contratada. Independentemente desse fato, a tarifa teria crescido para cobrir os custos incorridos pelas distribuidoras para suprir seus consumidores, industriais ou não, em função do cenário hidrológico desfavorável.

Sendo assim, o efeito desse aumento de custo teria sido bem mais perverso e oneroso à indústria se a redução estrutural de tarifas não tivesse ocorrido”.

Advogado especializado no setor elétrico e presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica, Alexei Vivan diz que, a curto prazo é difícil encontrar solução, mas que a médio e longo é possível reduzir o custo:

— O benefício da MP já foi anulado. Todos somos a favor de reduzir tarifa, já que tarifa elevada provoca inadimplência e perda de competi-

vidade, mas o governo tem que investir na melhora do serviço, na manutenção dos parques de transmissão, em novas obras, tem que privilegiar a eficiência das empresas. E é necessário dar ao investidor percepção de risco menor e segurança jurídica. ●

Números

R\$/MWH
342,74
CUSTO

atual para a indústria, segundo a Firjan

R\$/MWH
263,00
CUSTO EM

janeiro/13, quando a MP entrou em vigor, diz Firjan